

A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E O RELATÓRIO DO IDH

Antonio Ibañez Ruiz

A discussão sobre a importância ou não da mudança na metodologia para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é necessária para poder analisar documento. No entanto, o que não pode acontecer, como vem ocorrendo desde que o documento foi divulgado, é que essa discussão prevaleça sobre a discussão de como diminuir — e até eliminar — alguns dos indicadores que são vergonha nacional. O relatório traz indicadores que, embora conhecidos pelos brasileiros, acabam se tornando mais chocantes quando se faz a comparação com os dos outros países. É o caso dos índices de repetência e de evasão, que precisam de uma estratégia nacional para reduzi-los e eliminá-los das escolas.

O IDH é construído mediante a análise de três dimensões básicas: longevidade, educação e renda. Até dez anos atrás o índice existente, utilizado como referência para conhecer o estágio de desenvolvimento dos países, era a renda per capita. Houve, portanto, avanço, pois hoje é reconhecido que o desenvolvimento econômico não necessariamente se reflete em desenvolvimento humano.

A tabela ao lado mostra a comparação entre quatro países ibero-americanos, utilizando-se os indicadores do Produto Nacional Bruto per capita e o percentual de crianças que não chegam à quinta série.

No quadro, observa-se que, apesar de o Brasil possuir o maior rendimento per capita, ainda está atrás dos outros três. E o que mais choca na tabela é saber que 29% das crianças que se matriculam no primeiro ano não chegam ao quinto. São quinze países, entre os 174 que constam do IDH, que possuem índice superior ao do Brasil. Os mais

O ECONÔMICO E O HUMANO			
Posição na classificação do IDH	País	PNB per capita 1997 (dólares)	Crianças que não atingem o 5º ano 1992/1995 (%)
45	Costa Rica	2.680	12
48	Venezuela	3.480	11
50	México	3.700	14
79	Brasil	4.790	29

Fonte: Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1999)

otimistas irão alegar que o dado é de 1995 e que hoje é diferente. Não. O dado é próximo da realidade, conforme o censo do MEC de 1998 e de acordo com o relatório do Unicef, divulgado dia 22/07, mostrando que 50% das crianças não chegam à oitava série. Ou seja, dados vergonhosos para um país que é a oitava economia do mundo. A tabela mostra que, quando se pensa no desenvolvimento humano, a educação deve ser levada a sério. Até hoje, no Brasil, a elite só pensa no desenvolvimento econômico.

Duas são as principais causas dessa vergonha nacional. Uma é a necessidade que algumas famílias têm de colocar as crianças para trabalhar como forma de aumentar a renda familiar. Essa causa foi muito bem analisada na edição do *Correio Braziliense* do dia 19. A outra é a concepção elitista da escola, que historicamente esteve preocupada com a formação de uma elite que serviu para a manutenção do sistema de dominação, até hoje existente. É um sistema que exige das crianças desempenho independentemente das desigualdades por eles enfrentadas. Exatamente por isso a preocupação com os excluídos e para os quais a repetência pode ser o primeiro passo não é suficiente. É claro que não se pode pensar em baixar o nível de exigência de conhecimento

ou pensar em aprovação automática das crianças, em função dessas desigualdades dentro da escola; que, aliás, nenhum profissional aceitaria, caso isso viesse a ser proposto. Entretanto é um desafio que se coloca para professores, diretores e dirigentes da educação. Como diminuir e até erradicar os índices de exclusão da escola, que são o início da exclusão social? Não há dúvida de que a base da preparação para o combate é a discussão coletiva, a gestão democrática, o envolvimento dos conselhos escolares e da própria comunidade, e depois intervir na estrutura do sistema escolar.

Felizmente, ao longo dos últimos anos — e graças ao esforço de muitos profissionais — tivemos diversas experiências que emergiram das escolas e acabaram se expandindo e se transformando na semente dos novos modelos de sistemas implantados em vários municípios e estados, tais como a “Escola Cidadã”, de Porto Alegre, a “Escola Plural”, de Belo Horizonte, ou a “Escola Candanga”, do Distrito Federal e vários outros que estão tendo excelentes resultados não só na queda dos índices da evasão como também nos de repetência.

A intervenção nos sistemas tem se dado mediante recuperação da escola como espaço cultural, aproveitando-se todas as manifestações artísticas, festivas,

lúdicas, de conscientização das questões raciais e de gênero, da convivência, etc.; investindo no aperfeiçoamento dos professores e auxiliares, promovendo-se cursos, seminários, debates, consultorias e assessoramentos pedagógicos; aumentando o tempo de permanência da criança na escola; aumentando o tempo de coordenação pedagógica dos professores na escola; rompendo com o modelo seriado de organização curricular, substituindo-o pela organização em fases ou ciclos; criando-se turmas de reintegração para eliminar as graves distorções existentes devido à defasagem idade-série de matrícula; implantando-se uma avaliação processual e não simplesmente quantitativa; a matrícula por disciplina, em regime semestral, para atender às demandas do aluno trabalhador do turno noturno, além de muitas outras ações surgidas, de acordo com a criatividade de cada escola, respaldadas pela legitimidade de seus diretores, eleitos diretamente pela comunidade.

O esforço dos governos, estaduais e federal, e da sociedade não pode ser somente de colocar a criança na escola porque se corre risco muito grande de transformar-se em simples esforço desperdiçado, pois a criança pode ser excluída logo depois.

Da agenda social tem que constar a cobertura de matrícula para todas as crianças e, principalmente, o combate sem trégua para a erradicação da evasão e da repetência. Dessa forma, estaremos caminhando para maior democratização da escola e contribuindo para a eliminação da exclusão social.

■ Antonio Ibañez Ruiz, ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) e ex-secretário de Educação do DF, é professor da UnB